

CRISE E INTEGRAÇÃO: AS COMUNIDADES ECONÔMICAS REGIONAIS E A INTEGRAÇÃO AFRICANA

Rômulo Milhomem Freitas Figueira Neves¹
Paulo Gilberto Fagundes Visentini²



Introdução

O processo de integração econômica da África está, em tese, em seu último estágio, com a assinatura, em 2018, em Kigali, do acordo que cria a Zona de Livre Comércio Continental da África. Firmado na ocasião por 44 dos 55 membros da União Africana, entrou em vigor em abril de 2019, após o vigésimo segundo país signatário ratificar o documento. Até junho de 2024, só não havia sido assinado pela Eritreia, tendo sido ratificado por 47 membros da UA, incluindo a República Saaraui, faltando apenas Madagascar, Somália, Benim, Líbia, Libéria, Sudão e Sudão do Sul. O acordo está, assim, em pleno vigor, seguindo as etapas ordinárias para sua consolidação. Um secretariado de segmento, que responde diretamente ao Conselho Executivo da União Africana, foi instalado em Acra. No terreno, entretanto, a situação é muito mais complexa, com a profusão de comunidades regionais sobrepostas, diferentes estágios de integração sub-regional e burocracias estatais com importantes diferenças de maturidade, sem considerar ainda a grande quantidade de conflitos internos e internacionais em curso.

Assim sendo, este artigo tem o objetivo de sintetizar, a partir do levantamento histórico — com especial ênfase às crises econômicas globais e regionais — e do uso de dados agregados de organismos internacionais, os

¹ Departamento de Sociologia, Universidade Eduardo Mondlane. Maputo, Moçambique. E-mail: romuloneves@uem.ac.mz. ORCID: <https://orcid.org/0009-0003-5325-9892>.

² Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, UFRGS e Programa de Pós-Graduação em Ciências Militares, ECEME. Porto Alegre e Rio de Janeiro, Brasil. E-mail: paulovi.ufrgs@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5654-8874>.

processos de integração sub-regional africanos, para uma correta compreensão de seus diferentes estágios e da participação dos diversos países nas trilhas existentes. A prioridade será a de compreender o papel das Comunidades Econômicas Regionais (CERs) definidas, a partir de 1991, pelo Tratado de Abuja, que criou a Comunidade Econômica Africana e as definiu como os alicerces do processo de integração definido no acordo. O objetivo complementar seria informar análises futuras mais aprofundadas e específicas, de outros pesquisadores, sobre a correta compreensão do papel e da categoria de cada processo de integração sub-regional. O artigo apresenta, para esse fim, um breve histórico do processo de integração africano, a partir da criação da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental, CEDEAO, em 1975, e da adoção do Plano de Ação de Lagos, de 1980, como respostas dos jovens países independentes às crises globais da década de 1970, bem como uma síntese da distribuição dos países nas diversas iniciativas.

Jovens em crise

A despeito dos diferentes caminhos percorridos no processo de independência, e apesar do crescimento econômico verificado ao longo da década de 1960 e início da de 1970, os novos países africanos independentes, passaram a enfrentar sérias dificuldades econômicas já a partir da primeira crise do petróleo, em 1973. A segunda crise, em 1979, e o processo de reformas restritivas por que passou o Reino Unido, mas também os EUA, ao longo da década de 1980 — e a visão presente em vários relatórios do Banco Mundial à época, de que muitos dos problemas da África seriam internos e a melhor solução seriam medidas restritivas — potencializaram a estagnação econômica observada no período. A Convenção de Lomé — na verdade um conjunto de quatro documentos, o primeiro de 1975 — facultou acesso facilitado de produtos dos países ACP — África, Caribe e Pacífico — ao mercado europeu, em uma tentativa de demonstração de solidariedade com as ex-colônias. Seus resultados, entretanto, foram limitados e não conseguiram reverter a crise que se iniciava.

A prolongada e generalizada crise econômica no continente foi multifacetada e afetou os países de maneira diversa, mas é possível elencar, partir dos dados dos relatórios de comércio do FMI, das negociações de dívida do Clube de Paris, e de crescimento populacional da ONU, e de outros documentos de organismos internacionais, alguns fatores que, combinados, produziram um efeito devastador sobre as economias africanas:

- i) o crescimento considerável da população, que passou de 270 milhões, em 1970 para 359 milhões em 1980 — aumento de 33% em uma década, o que elevou a demanda interna por alimentos e afetou as exportações;
- ii) o aumento exponencial do custo do petróleo, principal produto de importação de vários países africanos — o barril passou de US\$ 3 para US\$ 11,60 entre 1973 e 1974;
- iii) a diminuição do preço internacional de vários minérios, com queda média de 7,1% na década de 1970;
- iv) a diminuição significativa da renda das exportações, com queda média anual de 1,6% por ano no conjunto dos países subsaarianos;
- v) a diminuição da participação da parcela, com exceção dos combustíveis, da África nas exportações do grupo dos países em desenvolvimento, que caiu pela metade em 18 anos — de 18% em 1960, para 9% em 1978. Nesse caso, os exportadores de petróleo e os Tigres Asiáticos ocuparam grande parte do mercado antes ocupada pelos africanos, já que, entre 1960 e 1970, as exportações africanas haviam subido 5,3% por ano em média;
- vi) a grande exposição das economias africanas ao comércio exterior, que representava, na média, cerca de 25% do PIB desses países;
- vii) a pauta exportadora concentrada, na maioria dos casos, em dois ou três produtos de base;
- viii) em função da crise do petróleo, a taxa de juros dos EUA subiu de 12%, em 1979, para 21,5% em 1982, majorando a dívida externa dos países africanos, já debilitados pela crise em andamento. A subida dos juros foi reproduzida no Reino Unido, financiador tradicional dos africanos, cuja taxa subiu, em 1980, de 12% para 18%;
- ix) o crescimento vertiginoso da dívida teve efeitos sobre a já baixa capacidade de investimento nas áreas de saúde, educação e transporte, apesar da pequena melhora de alguns índices básicos nesses setores, como esperança de vida, taxa de matrículas e mortalidade infantil. Entre 1979 e 1989, 12 países suspenderam o pagamento de suas dívidas externas, alguns mais de uma vez ao longo desse período;

- x) paralelamente, como efeito do aumento dos juros nos EUA e Reino Unido, houve a diminuição dos investimentos estrangeiros no continente;
- xi) a maioria da população atuava no setor primário, de agricultura — nessa época, quase nenhum país africano apresentava taxa menor do que 70% da população ativa na agricultura, grande parte desse total dedicado à agricultura de subsistência, de baixo valor agregado.

Além dos problemas econômicos, e em alguns casos tendo-os como causa, entre 1979 e 1989, quatorze países passaram por importantes conflitos, sejam guerras civis, como Angola e Moçambique, ou disputas internacionais, como Etiópia, Eritreia e Somália, Egito e Líbia, Mauritânia e Senegal, com efeitos negativos sobre economias já fragilizadas

A integração como resposta à crise

Em 1980, em resposta à crise econômica, a Organização da Unidade Africana, criada em 1963, adotou, em parceria com a Comissão Econômica das Nações Unidas para a África (UNECA), estabelecida em 1958, o Plano de Ação de Lagos, a fim de aumentar a cooperação comercial regional. O objetivo do plano era o de reproduzir em outras regiões a experiência da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (ECOWAS/CEDEAO), criada pelo Tratado de Lagos, em 1975, com 15 países membros e sede naquela cidade, depois transferida para Abuja. Os efeitos da crise, porém, eram profundos e, sem recursos, o plano teve efeitos limitados. Em 1981, foram criadas apenas: i) a Área de Comércio Preferencial da África Austral e Oriental (PTA), com 18 membros — que se tornou, em 1994, o Mercado Comum da África Oriental e Austral (COMESA); e ii) a Comunidade Econômica da África Central, mas sem efetividade alguma até 1998. A Comunidade Econômica da África Oriental, criada em 1967, havia sido, inclusive, extinta em 1977, sendo recriada apenas em 2000.

A década de 1980, conhecida no Brasil como a década perdida, na África foi a década da fome. A crise de 1983 a 1985 na Etiópia foi a que ficou mais conhecida globalmente, com cerca de 300 mil mortes, mas o problema afetou diversos países, com mais 30 milhões de pessoas em situação de fome severa em 24 países, segundo o Escritório das Nações Unidas para Operações de Emergência na África, estabelecido em 1984 (McCarthy 1986, 58). Os efeitos da crise econômica se estenderam para a década seguinte. A

taxa de crescimento da África subsaariana entre 1989 e 1999 foi de apenas 24%. Com a dissolução da URSS, vários países que se apoiavam no bloco soviético passaram a enfrentar dificuldades adicionais agudas, Moçambique e Zimbábue, por exemplo. De 1991 a 2001, 15 países solicitaram auxílio para a suspensão do pagamento da dívida externa, mais até do que na década anterior. Apesar do fim do Apartheid, antiga bandeira do movimento pan-africanista, a fragilidade institucional africana aumentou ao longo da década de 1990, quando foi criada a expressão “Estado falido”, inicialmente em referência à Somália, mas referida a vários países africanos, que enfrentavam simultaneamente a crise econômica e instabilidade política, colocando em risco sua própria existência institucional. O conceito introduz na análise política o afropessimismo, conjunto difuso de ideias sobre a incapacidade de autogestão dos negros.

De todo modo, assim como ocorreu com o Plano de Lagos, de 1980, os africanos apostaram novamente na integração econômica para tentar superar a crise. Em 1991, foi assinado o Tratado de Abuja, para a criação da Comunidade Econômica Africana, inspirada no modelo da Comunidade Econômica Europeia, CEE. O acordo africano entraria em vigor apenas em 1994 — nesse ínterim, a CEE já havia se tornado a UE, em 1993.

O fim do *Apartheid*, também em 1994, gerava um clima de esperança no continente. No início de abril de 1994, também ocorria em Kampala, Uganda, o Sétimo Congresso Pan-Africano, apenas poucas semanas antes das eleições que levariam Nelson Mandela à presidência da África do Sul, com o fim de um período de décadas de combate institucional à política de segregação. O otimismo político era evidente, mas a prioridade das lideranças do Congresso, entretanto, era a superação da crise econômica e estava em debate no evento mais uma tentativa de fazer avançar o projeto de integração, com a operacionalização da Comunidade Econômica Africana.

O Tratado de Abuja havia estabelecido um plano gradual de integração culminando com a criação de um mercado comum africano, em 2025, e a integração monetária, em 2028, passando pela criação de comunidades regionais nas regiões onde ainda não houvesse e pela criação de zonas intermediárias de livre comércio e unidade aduaneira (Organização da Unidade Africana 1991). No último dia do evento que celebrava a unidade africana, entretanto, a cerca de apenas 500 km de Kampala, se iniciava o genocídio em Ruanda, que causaria até julho daquele ano 800 mil mortes de tutsis e hutus moderados. A crise se somava às 8 guerras civis em andamento: na Libéria, desde 1989; no Níger, desde 1990; em Serra Leoa, na Argélia, no Djibuti e na Somália, desde 1991; no Congo-Brazzaville e no Burundi, desde 1993.

O massacre em Ruanda, apesar de controlado ainda naquele ano, gerou uma sequência de eventos com consequências até hoje. Os ataques levaram à fuga de tutsis para o território da RDC e, logo depois da tomada do poder pelos tutsis, mais uma onda de refugiados, dessa vez de 2 milhões de hutus. A tensão na região da fronteira entre os dois países aumentou, com a incursão de tropas ruandesas tutsis em busca de fugitivos hutus. Em 1996, a situação se transformou em conflito aberto, com a invasão do território da RDC por tropas de Uganda e Ruanda. A oposição da RDC utilizou a guerra para depor, em 1997, o longevo ditador Mobutu Seko, no poder desde 1965. Mobutu exilou-se no Marrocos. O novo governo, com o suporte militar de Angola e Zimbábue, entrou em entendimento com Ruanda e Uganda, para que deixassem o território congolês, em 1998. O assassinato do novo presidente, já em 2001, reabriu o conflito da RDC com tropas de Ruanda e Uganda, sendo finalizado somente em 2002, com Ruanda, e 2003, com Uganda. Eleições foram realizadas e, aparentemente, o país se estabilizou. Em 2008, RDC e Ruanda atuaram, inclusive, em conjunto para combater rebeldes hutus em Kivu, território contíguo a Ruanda e Uganda. A região concentrava também rebeldes separatistas congolese de etnia tutsi, mas as forças oficiais conseguiram neutralizar suas lideranças e, com o acordo de paz de 23 de março, parte do grupo, liderado por Bosco Ntaganda, foi incorporado às forças armadas congolese.

Ao invés disso, a partir de 2012, Ntaganda organizou sua própria milícia — o M-23, em referência à data do acordo — formado por tutsis congolese, e iniciou uma operação militar contra o governo. Inicialmente, Ruanda apoiava abertamente o movimento, mas a pressão internacional forçou o país a suspender o apoio ao M-23. Apesar da rendição de Ntaganda, o grupo segue ativo desde então, com ofensivas militares especialmente cruéis com a população civil, que geraram ao menos 2,5 milhões de refugiados, dos quais quase 1,2 milhão seguem deslocados até hoje, segundo o ACNUR, em uma das situações humanitárias mais graves da África na atualidade. Há a suspeita de que Uganda e Ruanda sigam apoiando o M-23. A RDC, que já tinha recebido a primeira operação de paz da ONU no continente, em 1960, segue enfrentando a cobiça pela sua riqueza mineral — Kivu é particularmente rica em ouro, diamantes e tório, dentre outros.

O Estado africano pós-colonial foi levado ao limite da viabilidade pelas crises econômicas das décadas de 1970, 1980 e 1990. O modelo de estabilidade fundamentado na capacidade de distribuir poder e benefícios para redes clientelistas garantidoras da paz interna não tinha como se sustentar diante da escassez de recursos. A diminuição da renda intensificou a concorrência entre os grupos da elite política beneficiários dos sistemas

nacionais e os golpes de Estado se intensificaram — entre 1970 e 1999, ocorreram 120 tentativas, das quais 56 exitosas, enquanto no período estendido, de 1950 a 2024, foram 221 tentativas, em 45 países, sendo 109 exitosas, em 37 países (Duzor e Williamson 2023). Em muitos casos, os conflitos foram regionalizados, em razão do transbordamento de disputas internas. Além das guerras civis alimentadas pelo quadro econômico, a África assistiria, também, ao surgimento de crises híbridas, de motivação econômica, mas também identitária, como movimentos rebeldes e choques de grupos étnicos e religiosos, ativos até hoje na Nigéria, Sudão do Sul, Sudão, Uganda, Moçambique, Camarões, Chade, Líbia, Etiópia, República Saarauí e Mauritània, além dos já citados Somália e RDC.

Alguma paz só seria possível com a retomada do crescimento, o que passou a ocorrer a partir do final da década de 1990, com o aumento significativo da demanda e, portanto, dos preços dos minerais e da renda das exportações. Entre 1996 e 2001, os minerais aumentaram 45% em média, e os metais preciosos, cerca de 20% (Kose, Otrok e Whiteman 2003, 1232). O petróleo, por sua vez, subiu 200%, entre 1998 e 2000. O período marca, também, um aumento dos investimentos em exploração mineral na África. No início da década o setor recebia menos de US\$ 100 milhões anuais em investimentos estrangeiros, já em 1998, chegou a US\$ 800 milhões, e o continente já respondia por 16,5% do investimento global no setor, contra 4,5% em 1991. Com a estabilização econômica e o início do crescimento, os conflitos internos foram superados, com exceção dos conflitos na RDC, reiniciados exatamente em função do genocídio em Ruanda; e do conflito na Somália, que ainda persiste. Mesmo conflitos iniciados nesse período foram resolvidos em um relativamente curto intervalo, como a guerra civil na Guiné-Bissau, de 1998 e 1999, e a guerra entre Etiópia e Eritreia, entre 1998 e 2000. Até 2003, com exceção da RDC e da Somália, a África manteve-se estável.

As Comunidades Econômicas Regionais

Ainda durante a crise da década de 1990, no processo de avanço da integração comercial definido no Tratado de Abuja, foram criadas ou revitalizadas as Comunidades Econômicas Regionais que complementariam a CEDEAO, ativa desde 1975. Em 1992, foi criada a Comunidade de Desenvolvimento da África Austral, SADC; já em 1994, a Área de Comércio Preferencial, PTA, que havia sido criada em 1981, transformou-se na COMESA, e foi criada a União Árabe do Magrebe, AMU; em 1996, foi criada a Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento, IGAD, com os países do Chifre

da África; em 1998, foi revitalizada a Comunidade Econômica da África Central, ECCAS, e criada a Comunidade de Estados do Saara-Sahel, CEN-SAD, com apenas seis países, número que evolui para mais de 20 desde então. O CEN-SAD foi revisado em 2013 e reaberto para a confirmação de cada um dos países sobre sua continuidade no acordo. Por fim, em 2000, foi recriada a Comunidade Econômica da África Oriental, EAC — extinta em 1977. Todos os países foram integrados nas oito Comunidades Econômicas Regionais reconhecidas pela União Africana — ainda que as CERs sejam mais antigas do que a UA em si e, em matéria de segurança, sempre foram autônomas, com a coordenação de missões conjuntas, prática mantida mesmo depois da criação da UA. Para o processo de integração econômica da África, esses são os oito grupos reconhecidos pela UA:

- ECOWAS ou CEDEAO, Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental, criada em 1975;
- COMESA, Mercado Comum da África Oriental e Austral, criado em 1981, como PTA, e renomeado em 1994;
- ECCAS, Comunidade Econômica da África Central, criada em 1981 e revitalizada em 1998;
- SADC, Comunidade de Desenvolvimento da África Austral, de 1992;
- AMU, União Árabe do Magrebe, criada em 1994;
- IGAD, Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento, criada em 1996;
- CEN-SAD, Comunidade de Estados do Saara-Sahel, criada em 1998;
- e
- EAC, Comunidade Econômica da África Oriental, criada em 1967, extinta em 1977, e recriada em 2000.

A divisão dos países nas CERs não foi, porém, excludente, já que os Estados foram autorizados a participar em mais de uma entidade. A Somália e a RDC participam, por exemplo, de 4 dos 8 arranjos comunitários; e apenas 5 países participaram historicamente de apenas de um grupo — Argélia, Camarões, Congo, Gabão e Guiné Equatorial. Outros quatro — Cabo Verde, Libéria, Guiné e São Tomé e Príncipe — não renovaram sua participação no CEN-SAD em 2013 e seguem apenas na CEDEAO. Outros cinco, liderados pela África do Sul, só ampliaram sua gama de possibilidades com o Acordo Tripartite, lançado em 2015, que reunirá potencialmente os países da COMESA, EAC e SADC, tratado nas próximas páginas.

Em diversas fontes, é apresentado um mapa com as divisões da África nas diversas CERs, mas o emaranhado é tão complexo, que se verificou, para

maior clareza, que o melhor formato para a compreensão e visualização dessa divisão interna é o de uma tabela, apresentada mais à frente. Nenhum material consultado havia apresentando, entretanto, o impacto do Acordo Tripartite nessa divisão, incluído no material a seguir. Apesar da sintetização, é preciso chamar atenção para o fato de o regime de integração do espaço africano apresentar outras variáveis e subgrupos, o que torna sua compreensão bastante complexa, com a confusão, em diversos artigos e textos, mesmo alguns muito bem estruturados, sobre o conceito das CERs com outros grupos e subgrupos, incluindo, por vezes, comparações entre entidades de categorias diferentes. Esses equívocos, entretanto, derivam dos seguintes fatores:

- (i) Além da participação de países em diversas CERs, gerando muitas sobreposições, os estágios de integração são diversos, e há comunidades em estágios avançados, com a eliminação de visto e a existência de um mercado comum significativo, como a CEDEAO, e outras apenas semi-integradas como a IGAD;
- (ii) A morosidade na finalização de processos de adesão dos países — e os anúncios que não se concretizam — gera sobreposição de informação sobre iniciativas apenas anunciadas e aquelas efetivamente implementadas, tornando difícil a identificação da informação mais atualizada;
- (iii) Existem subgrupos consolidados dentro de algumas comunidades regionais, cuja institucionalidade sobrepuja a de comunidades mais recentes ou menos integradas. A União Monetária do Oeste Africano, por exemplo, está inserida na CEDEAO, e é composta por 8 de seus 15 países. Nesse subgrupo circula de maneira unificada o Franco CFA Ocidental. Até isso gera confusão, pois dentro da Comunidade da África Central, seis dos 11 países se organizam em outro subgrupo de união monetária e utilizam de maneira unificada o Franco CFA Central, com o mesmo valor do Franco CFA Ocidental, mas sem interoperabilidade. Os outros países da CEDEAO, com exceção de Libéria e Cabo Verde, assinaram, em 2003, acordo de adoção de moeda única entre eles, adiada em várias ocasiões e não implementada até o momento. Por fim, em 2019 foi lançado o projeto de unificação monetária da comunidade, para a adoção do Eco, que substituiria todas as moedas nacionais dentro da CEDEAO, inclusive o Franco CFA, emitido pela França, e com altas obrigações monetárias, como o depósito de 50% das reservas estrangeiras no país europeu — o que limita a soberania econômica dos países africanos que

usam a moeda. O processo pouco evoluiu, em razão de disputas internas sobre sua operacionalização e da instabilidade gerada pelos golpes de Estado na região. A França, em oposição ao Eco, também iniciou a retirada parcial das obrigações monetárias para tornar o CFA menos vinculado à sua política neocolonial. Outro exemplo de subgrupos com grande institucionalização é a União Aduaneira da África Austral, *SACU*, que reúne 5 dos 16 países da *SADC*, sob forte liderança da África do Sul;

- (iv) Apesar da coincidência entre a CEDEAO e a região da África Ocidental no mecanismo oficial usado pela UA para os processos de rotação política dos seus quadros institucionais, os limites das outras comunidades econômicas não se confundem com os da divisão regional institucional da UA. Há grande sobreposição da *SADC* com a região da África Austral, e da *ECCAS* com a região da África Central, mas nem mesmo essas são plenamente coincidentes. É comum artigos compararem grupos reconhecidos pela UA com subgrupos, com uso indiscriminado e não exato dessas divisões. Para completar, nenhuma das duas divisões coincide com a divisão usada pela ONU, também em número de cinco, para a consolidação de dados estatísticos gerais sobre o continente;
- (v) Existem subgrupos com longo histórico de integração em vários setores como comércio e defesa e segurança, como o Conselho da Entente, que reúne, desde 1959, seis países do Centro-Oeste da África; a Comissão da Bacia do Lago Chade, criada em 1964, atualmente com 6 membros e 4 observadores; a União do Rio Mano, que reúne Libéria e Serra Leoa desde 1973, e posteriormente Guiné e Côte d'Ivoire; a Comissão do Oceano Índico, que reúne, desde 1984, Madagascar, Comores, Seychelles e Maurício; a Autoridade Liptalo-Gourma, com Burquina Faso, Mali e Níger desde 1970; a Comunidade Econômica dos Grandes Lagos, com Burundi, RDC e Ruanda, desde 1974, pouca ativa; e outras mais recentes, mas igualmente abrangentes, como a Comissão do Golfo da Guiné, de 2001, atualmente com 9 membros; o Processo de Nouakchott, de 2013, estagnado, mas com 11 membros; o Grupo G-5 Sahel, criado em 2014; e a Iniciativa de Acra, de 2017, com 5 países membros e 2 observadores; e
- (vi) O fato de a União do Magrebe, *AMU*, estar quase integralmente — com exceção da Mauritânia, em processo de adesão — inserida

na Grande Área de Livre Comércio Árabe, GAFTA, no âmbito da Liga Árabe, diminui a importância da entidade subregional exclusivamente africana para seus membros, já que, por meio do GAFTA, têm acesso não apenas ao mercado dos outros países africanos do grupo, além de Somália, em processo de adesão ao GAFTA, como também ao restante dos países árabes.

As Comunidades Econômicas Regionais se confundem, assim, muitas vezes com outras divisões e subdivisões, sejam políticas ou econômicas, que também têm impacto e consequências no processo de integração africano. A alta complexidade dessas subdivisões, além de uma avaliação difusa de que não teriam efetividade, estimularam o avanço para as próximas etapas da integração, como a reconvenção, em 2013, do tratado da Comunidade Saara-Sahel (CEN-SAD), que evoluiu rapidamente, com a estabilização do continente, dos 6 membros fundadores, em 1998, para 29 membros, em 2009, dos quais 24 reconfirmaram, em 2013, sua permanência no acordo, que precisava aprofundar os mecanismos de integração. A ampliação ocorreu com a adesão de países das comunidades da África Ocidental, CEDEAO, e da Central, ECCAS.

Importante marco para a evolução das CERs ocorreu em 2015, com o lançamento, no Egito, da Zona Tripartite de Livre Comércio, que congrega os países do COMESA, da EAC e da SADC, em um total potencial 29 países, depois da recente expansão desses grupos. A entrada em vigor ocorreria a partir do momento da ratificação de 14 signatários. Até junho de 2024, 22 países haviam assinado e 12 ratificado o acordo. Os prazos iniciais para a ratificação foram adiados algumas vezes, mas 7 países habilitados ainda nem haviam assinado até aquele momento: Moçambique, Etiópia, Eritreia, Lesoto, Somália, Sudão do Sul e Tunísia. A eventual nova Zona Tripartite se adiciona ao espaço do CEN-SAD revisado como processos intermediários, mais amplos do que as comunidades regionais iniciais.

É nesse ambiente que, em 2018, foi assinado o Acordo para a criação da Zona de Livre Comércio Continental da África, em nova tentativa de fazer avançar a economia continental, por meio da integração regional. A participação do comércio intracontinental no fluxo total de comércio da África é historicamente baixo e, em 2022, correspondeu a apenas 13,5% do fluxo comercial total do continente, em contraposição ao comércio intrarregional na Ásia e na Europa, por exemplo, que responde a cerca de 60% e 70% respectivamente. Em 1975, ano da criação da CEDEAO, o comércio intrarregional na África significava 5% do fluxo total continental. Com a crise, essa participação caiu a apenas 3,7%, em 1979. A partir de então, começou a subir lentamente, mas

só atingiu 10% do fluxo total em 1996. O pico histórico dessa participação foi atingido em 2015, com 16%, tendo diminuído gradativamente desde então.

Apesar dos potenciais benefícios da integração plena, as dificuldades práticas para sua implementação são muitas. Essa, aliás, é a razão da recusa da Eritreia, por exemplo, em assinar acordos mais amplos, já que adota postura pragmática, preferindo aprofundar a integração regional básica, a partir de uma avaliação realista sobre seus recursos e capacidades. A posição do país não é exatamente sem fundamento, já que o histórico institucional da UA apresenta várias iniciativas com baixa implementação e, mesmo nas comunidades mais estruturadas, muitas dificuldades, como as barreiras impostas pelo Quênia ao arroz da Tanzânia, por exemplo, e a decisão desta de sair do COMESA, quando medidas liberalizantes do bloco passaram a impactar suas receitas tributárias. O Acordo Tripartite ainda nem entrou em vigor, mas continua como opção válida, mesmo com a criação da Zona de Livre Comércio Continental, já que poderá avançar mais rapidamente sobre as estruturas das comunidades partícipes. Vale chamar atenção, para o fato de que o próprio acordo continental deixa de fora algumas iniciativas mais bem cobertas pelas CERs, como auxílio estatal, contratos públicos, leis ambientais e regulamentação do mercado de trabalho (Assis, Ribeiro, Garcia 2022, 148).

A tabela a seguir sintetiza esses processos. Deve ser lida a partir das 2 colunas da direita, que indicam os projetos intermediários em andamento, a reconvenção da Comunidade do Saara-Sahel, CEN-SAD, e o Acordo Tripartite, que, juntos, têm potencial de cobrir 50 dos 54 países africanos, além da República Saaraui, mas cobrem, apenas 42, em razão da falta de assinatura de membros das comunidades envolvidas, habilitados ao Acordo Tripartite, e da ausência de confirmação no CEN-SAD de alguns membros habilitados, indicados, em ambos os casos, em amarelo. Há também o número total de países potenciais de cada acordo, com o número de pendências entre parênteses, bem como o de iniciativas de que cada país participa, com a indicação, em subtração, da não renovação do CEN-SAD ou da presença no Acordo Tripartite, ainda incerto.

	COMESA - África Oriental e Austral	SADC - África Austral	EAC - África Oriental	ECOWAS /CEDEAO - África Ocidental	ECCAS - África Central	AMU Magreb	IGAD - Chifre da África	CEN-SAD - Estados do Saara-Sahel	COMESA/SADC/EAC - Acordo Tripartite
Benim (2)									
Burquina Fasso (2)									
Cabo Verde (2-1)									
Chade (2)									
Comoros (4-1)									
Côte d'Ivoire (2)									
Djibuti (4-1)									
Egito (3-1)									
Eritreia (4-1)									
Gâmbia (2)									
Gana (2)									
Guiné (2-1)									
Guiné-Bissau (2-1)									
Libéria (2)									
Líbia (4-1)									
Mali (2)									
Marrocos (2)									
Mauritânia (2)									
Níger (2)									
Nigéria (2)									
Quênia (5-2)									
Rep. Centro-Africana (2)									
São Tomé e Príncipe (2-1)									
Senegal (2)									
Serra Leoa (2)									
Somália (5-1)									
Sudão (4-1)									
Togo (2)									
Tunísia (4-1)									
África do Sul (2-1)									
Angola (3-1)									
Botsuana (2-1)									
Burundi (4-1)									
Essuatíni (3-1)									
Etiópia (3-1)									
Lesoto (2-1)									
Madagascar (3-1)									
Maláui (3-1)									
Maurício (3-1)									
Moçambique (2-1)									
Namíbia (2-1)									
RD Congo (5-1)									
Ruanda (4-1)									
Seychelles (3-1)									
Sudão do Sul (3-1)									
Tanzânia (3-1)									
Uganda (4-1)									
Zâmbia (3-1)									
Zimbábue (3-1)									
Argélia (1)									
Camarões (1)									
Congo (1)									
Gabão (1)									
Guiné Equatorial (1)									
TOTAL	21	16	8	15	11	5	8	29 (5)	29 (7)

Distribuição dos países africanos pelas Comunidades Econômicas Regionais, em 30/06/2024.

Em dezembro de 2023, foi criada a Aliança dos Estados do Sahel, AES, composta por Níger, Burkina Faso e Mali, seguida do anúncio de sua retirada da CEDEAO. O novo bloco reedita a composição da Autoridade Liptalo-Gourma, formalmente existente desde 1970. A primeira cúpula formal do grupo ocorreu em julho de 2024, em Niamey, Níger. A AES se forma como resposta desses países à contraposição da CEDEAO aos golpes de Estado pelos quais se instalaram os novos governos. Todos foram suspensos e submetidos a bloqueios pela comunidade regional, ao que optaram por se retirar. Formalmente, porém, ainda não estão excluídos, já que o tratado da CEDEAO estabelece um ano de aviso prévio para a retirada de Estados-membros. Os membros da AES aparecem em amarelo na coluna da CEDEAO.

Depois do anúncio de retirada, a CEDEAO, inclusive, revisou alguns dos bloqueios impostos, na tentativa de manter os três países no bloco — sem sucesso até o momento. Em relação ao processo de integração econômica, a saída dos três teria pouco impacto, caso o CEN-SAD evolua, já que todos eles fazem parte da comunidade mais ampla. Politicamente, entretanto, a AES se insere em um contexto mais amplo de críticas às comunidades regionais e à própria União Africana, com a busca de novas narrativas ou de reformulação das antigas. O novo pan-africanismo é uma dessas reformulações. Ainda que fundamentado no simbolismo da unidade, esse novo conjunto de proposições começa a ganhar forma sobre uma avaliação crítica do que foi feito até aqui. É o caso dos movimentos por trás da organização da 9ª edição do Congresso Pan-africano, que ocorrerá em outubro, em Lomé, no Togo, com o tema “A ambição do pan-africanismo: mobilizar recursos, reunir as energias e se reinventar para agir”.

A reinvenção do pan-africanismo é a agenda de lideranças insatisfeitas com a situação dos governos e das entidades africanas, dentre as mais vocais o chanceler do Togo, Robert Dussey, que, além de se comprometer a organizar o evento continental, está à frente da iniciativa, por ora informal, da Aliança Política Africana, APA, lançada em 2023. O objetivo anunciado do grupo é reivindicar maior representação da África no sistema mundial e superar a alegada inércia da UA e das comunidades regionais. Além do Togo, países como Burkina Faso, Gabão, Guiné, Mali, República Centro-Africana, Angola, Líbia, Namíbia e Tanzânia têm participado dos debates em torno da APA.

A integração como resposta à crise?

A primeira década do século XXI foi de intenso otimismo na África. Houve o movimento da Renascença Africana, o florescimento da UA, o lançamento da NEPAD, a retomada do papel da diáspora, a retomada dos

investimentos, o boom nas exportações, nas operações do BAD e nos projetos de investimento, com vários países da África na liderança das estatísticas de crescimento econômico. No período entre 2002 e 2010, houve apenas 4 solicitações de suspensão do pagamento da dívida. Nas décadas de 1980 e 1990, haviam sido 12 e 15, respectivamente. De 2001 a 2010, 6 das 10 economias que mais cresceram eram africanas — Angola, Nigéria, Etiópia, Chade, Moçambique e Ruanda —, e se cogitava o surgimento dos Leões Africanos, frente aos Tigres Asiáticos. Na década seguinte, entretanto, o contexto africano começaria, novamente, a enfrentar os efeitos negativos da economia globalizada e de disputas geopolíticas. A diminuição do crescimento, o aumento da instabilidade e a dificuldade em implementar os planos do período de bonança passam a gerar críticas aos governos nacionais e às instituições africanas.

A crise econômica de 2008, apesar de não afetar a todos os países africanos de imediato, gerou efeitos no médio e longo prazo em quase todos eles. Já em 2009, as exportações da África caíram 15,2% em relação ao ano anterior. Ainda em 2008, os países com fundos soberanos e operações no mercado financeiro internacional — Líbia, Argélia, Nigéria e Botsuana — sofreram impactos em seus resultados financeiros. Até fevereiro de 2009, 12 países — além do Zimbábue, que já entrara antes em espiral de mega-inflação — apresentavam desvalorização de suas moedas acima de 20%, superior portanto à queda do Euro no período, com efeitos sobre o déficit externo.

Os preços internacionais de produtos da pauta exportadora apresentaram quedas significativas: de 65% no petróleo, responsável à época, por mais de 90% das exportações de 5 países — Líbia, Argélia, Nigéria, Congo e Angola; de 40% na platina, cujo maior exportador global é a África do Sul; de 32% no cobre, responsável por mais de um terço da receita das exportações de Zâmbia e RDC; de 23% no carvão. A queda média no preço das commodities não-energéticas, responsáveis por mais de 80% das exportações de 7 países africanos, foi de 38%, somente nos 6 primeiros meses da crise (FMI 2022, adaptado). Ao mesmo tempo, diminuía as remessas unilaterais da diáspora, o fluxo de investimentos e recursos de projetos de cooperação. Sem um colchão anti-cíclico, mesmo com baixa integração financeira relativa, a África sentiria os efeitos da crise, por diversos canais indiretos de transmissão — a exemplo das crises políticas no norte da África, que se iniciaram exatamente com protestos pelo aumento do custo de vida.

Em 2010, na tentativa de retomar o caminho do crescimento, foi lançado o Programa para o Desenvolvimento de Infraestruturas na África, PIDA, finalmente aprovado em 2012, que previa investimentos de US\$ 360 bilhões

até 2040. Após breve recuperação em 2011 e 2012, entretanto, as exportações africanas entram em profundo declínio, chegando em 2016 — em valores ajustados pela inflação — ao mesmo valor de 2004, tendo perdido grande parte do crescimento observado na década anterior (Luke 2023). Mesmo com o crescimento da economia global e sem o ajuste da inflação, as exportações africanas em 2020 tiveram o mesmo valor nominal que as de 2008, tal o recuo. De 2014 a 2016, as vendas pros EUA, por exemplo, caíram 37%, resultado ocasionado pela substituição das importações de petróleo daquele país, que aumentou vertiginosamente sua produção a partir das reservas de óleo de xisto, chegando a 2014 como o maior produtor global. A queda nas exportações, entretanto, ocorreu na relação com os principais parceiros comerciais — China, Índia, Alemanha, França, Itália, Holanda, Bélgica e até mesmo o Brasil. A queda mais acentuada ocorreu entre 2014 e 2016, com 23% tanto no comércio regional como nas exportações extracontinentais.

A partir de 2011, com a Primavera Árabe, a crise econômica se transforma em crise política com a queda de Ben Ali, na Tunísia; de Mubarak, no Egito; e o assassinato de Gaddafi, após a crise interna e a invasão da Líbia. E os governos que não caíram apertaram a repressão. Entre 2011 e 2020, houve 37 tentativas de golpe no continente, 8 dos quais exitosos. Os dados apontam diminuição da duração média dos governos inconstitucionais, depois da adoção da cláusula diplomática e do uso do dispositivo da suspensão, pela UA, bem como a coordenação de esforços de normalização de crises (Souaré 2014, 86; Thyne, Powell, Parrott, VanMeter 2018, 1421), mas isso significa no máximo um êxito parcial na estabilização política. Além das guerras na Somália e na RDC, que atravessaram a década anterior, a partir de 2011, surgem conflitos na Líbia, Mali, Camarões e República Centro-Africana, além do conflito difuso na Nigéria, onde incursões do Boko Haram e choques regionais já causaram mais de 50 mil mortes desde 2009.

Apesar de tanto a crise econômica como a política serem fenômenos multifatoriais, a percepção que se difundiu foi a de que a UA não respondia satisfatoriamente às necessidades do continente e de que não teria sido capaz de superar em 50 anos de existência, suas dificuldades operacionais — dificuldades essas também dos governos. No cinquentenário da entidade, em 2013, cuja reunião de Cúpula teve o título Pan-africanismo e o Renascimento Africano, foi lançada a ideia da elaboração de uma agenda enxuta, com um plano de metas de longo prazo. O documento, Agenda 2063: a África que queremos, foi finalizado oficialmente em 2015, com 16 objetivos a serem cumpridos ao longo dos 50 anos seguintes, alguns com prazo definido, nas áreas de segurança, democracia e integração, dentre outros. Um grande

esforço de sintetização para tentar reverter o quadro adverso que começava a se apresentar.

Os desafios que a África precisa vencer parecem estar muito além do simples processo de integração comercial. A média da parcela do PIB dedicada a investimentos é de menos de 1% e, com isso, o avanço em setores prioritários e capazes de gerar exportações, como a agricultura e a indústria, fica inviabilizado a partir dos recursos próprios. A baixa industrialização, por sua vez, prejudica a ignição inicial das trocas internas, já que grande parte dos países é exportadora de minérios e matéria-prima e há poucos países com um parque industrial capaz de absorver pelo menos em parte a matéria-prima dos parceiros continentais. É por essa razão que a África do Sul, com o parque industrial mais desenvolvido do continente, foi em 2022, por exemplo, responsável sozinha pela importação de cerca de 23% de tudo que os outros países africanos venderam a seus parceiros continentais.

A falta de capital para investimento se soma a outros problemas estruturais. O percentual de pobreza extrema, segundo o Banco Mundial, ainda é de cerca de 30% em 2023. Em termos absolutos, a quantidade de africanos que vivem com menos de US\$ 1,90 é de cerca de 430 milhões. Apesar da alta velocidade da urbanização, a população rural, mais vulnerável à pobreza extrema, é de 800 milhões, dos cerca de 1,48 bilhão de pessoas vivendo no continente. A produtividade da agricultura, entretanto, segue baixa e os países africanos são, na maioria, importadores líquidos de alimentos. A parcela da população sob severa insegurança alimentar, segundo a FAO, é de 20,2%, praticamente a mesma de 2003, quando era de 20,7% — depois de ter atingido o piso de 15,8% em 2015. São 300 milhões de pessoas nessa condição no continente. Quando se adicionam aqueles em situação moderada de insegurança, a estimativa é de 61%, a maior dentre todos os continentes.

A questão da dívida externa, por sua vez, é outro desafio preocupante, tanto porque se trata de uma questão persistente, como porque indica problemas estruturais históricos, em parte derivados dos arranjos pós-coloniais, que resultam em déficit na balança comercial, orçamento público insuficiente e, em muitos casos, dependência de capital estrangeiro para o mero funcionamento da máquina. O déficit agregado anual da balança comercial africana é de cerca de US\$ 65 bilhões, não cobertos pela soma do investimento estrangeiro, da ajuda ao desenvolvimento e das remessas individuais (Luke 2023, 2-4). As remessas de lucros, facilitadas por acordos preferenciais de investimento, também impactam a disponibilidade de reservas. O pagamento da dívida por meios tradicionais é, na grande maioria dos casos, inviável, com poucas exceções, como Zâmbia, Chade, Gana, Botsuana e RDC. A questão

da dívida tornou-se ainda mais complexa em razão da recente alteração de sua estrutura. Até a década passada, grande parte da dívida era oficial, com instituições estatais ou interestatais. Ao longo dos últimos anos, porém, os africanos contraíram dívidas com instituições chinesas privadas que não participam, portanto, dos arranjos das negociações no Clube de Paris. Com isso, os alívios integrados, em renegociações com remissão parcial ou total da dívida — única forma que os credores aceitam sem que se sintam prejudicados — ficam inviabilizados.

Pelo lado do comércio extrarregional, países africanos participam em conjunto de acordos de acesso diferenciado a mercados da UE e dos EUA, mas seus efeitos são limitados. No caso da UE, o Acordo de Samoa substitui, a partir deste ano, o de Cotonou, que regulamentava o comércio preferencial, expirado definitivamente em 2021. O novo acordo, válido até 2044, traz mais condicionalidades restritivas e tem menos ênfase no aspecto do desenvolvimento e do comércio — com a retirada do Fundo Europeu de Desenvolvimento de seu escopo, por exemplo. Sua negociação havia sido fechada em 2021, mas só foi assinada no final de 2023. No caso dos EUA, por meio do AGOA, *African Growth and Opportunity Act*, de 2000, revisto em 2015 e válido até 2025, produtos de setores específicos de 32 países têm acesso preferencial àquele mercado. Em ambos os casos, têm cobertura limitada, em linha com o protecionismo global crescente, deixando de fora alguns dos principais produtos de exportação da África. Segundo a UNCTAD (*United Nations Conference On Trade and Development*), em 2022, apenas 13 países africanos tiveram superávit nas balanças comerciais. As atuais exportações para os EUA estão no mesmo nível pré-AGOA e, para a Europa, estagnadas (Luke 2023, 9).

Enquanto a África exporta minérios — alguns críticos para a revolução de baixo carbono, como cobalto, manganês, cromo, cobre, vanádio, além de grafite, lítio e nióbio, em menor escala —, a pauta de importação é de médio e alto valor agregado, como os *smartphones*, que deverão ser cerca de 680 milhões no continente, até 2025, e os produtos da indústria automobilística, responsável, em 2020, por déficit de US\$ 39 bilhões na balança comercial. Em 2003, a população com acesso à Internet na África era pouco mais de 1%, e mais de 30%, em 2023 — na Somália ainda é de 2%. A exposição aumenta a circulação de informação — o bloqueio digital é uma das primeiras medidas em protestos de grande porte, e Etiópia, Tanzânia e Senegal estiveram entre os países que mais desligaram o acesso à Internet no mundo em 2023 —, mas também o déficit comercial. O crescimento anual do comércio eletrônico é de 8%, grande parte em importados, o maior dentre os continentes. Em razão do déficit de recursos humanos, esse aumento de

conectividade ainda não fez deslanchar nem investimentos externos, nem autóctones em tecnologia, à exceção de poucos *hubs* locais, como Nairóbi, com destaque para o sistema de pagamentos *M-Pesa* — dinheiro móvel em Swahili —, criado localmente em 2007 e presente em 10 países, e Casablanca, Joanesburgo, Dacar e Lagos, onde há nascente indústria automobilística local, a montadora *Innoston*; além da *Mobius*, no Quênia; a *Wallys*, na Tunísia; a *Kantanka*, em Gana; a *Kiira*, de carros elétricos, em Uganda; e a *SNVI*, na Argélia, de ônibus.

Pelo lado dos investimentos estrangeiros, a participação da China na economia africana se aprofundou nos últimos anos. Desde a criação do Fórum de Cooperação China-África, FOCAC, em 2000, a China já atuou na construção de mais de 100 mil km de rodovias e de 13 mil km de ferrovias, incluindo sistemas de transporte urbano em Lagos, Adis Abeba e Kampala. A realidade no setor de infraestrutura se reproduz em outros, como saúde, educação, saneamento e tecnologia. O impacto da atuação da China é significativo, mas é preciso analisar os dados em perspectiva. O total de IED realizado por esse país nos 54 países do continente, entre 2000 e 2021, soma US\$ 58 bilhões, porém, apenas Reino Unido e Alemanha juntos receberam mais do que o dobro de investimentos chineses no mesmo período: US\$ 120 bilhões. Mesmo com o aumento dos investimentos chineses nas últimas décadas — desacelerados, porém, desde a pandemia —, o país ainda não ultrapassou o estoque de investimentos das ex-metrópoles França e Reino Unido, além dos Países Baixos (United Nations Conference On Trade And Development 2023). Passou, porém, o estoque dos EUA, de onde algumas empresas, como a Microsoft, vem deixando a região desde 2017, assim como companhias europeias, a exemplo do fechamento de operações da Shell, Bayer, Sanofi, Diageo, Unilever, Kimberly-Clark, GlaxoSmithKline, Société Générale, Bolt Food, Galp e Procter & Gamble.

Conclusão

O processo de integra o africano  , ao mesmo tempo, uma tentativa de resposta das lideranças africanas às crises estruturais do continente, causadas em grande medida por fatores globais, como também resultado das possibilidades colocadas por essas mesmas estruturas. A integra o regional tem o objetivo expresso de estimular o desenvolvimento, especialmente por meio do estímulo do comércio intrarregional, cujo pico de participa o no fluxo global africano foi de apenas 16%. Nesse sentido, foi adotado em 1980, o Plano de A o de Lagos, com vistas a reproduzir a experiência da

Comunidade Econômica da África Ocidental, CEDEAO, em outras regiões da África. A adesão foi baixa e apenas em 1991, com o Tratado de Abuja, em vigor a partir de 1994, o conceito de Comunidades Econômicas Regionais passou a ser um dos pilares do processo de integração. Todos os países africanos foram integrados, assim, a uma das oito comunidades reconhecidas pela UA, a última em 2000. Vários dos países aderiram, inclusive, a mais de uma das comunidades.

Com processos de integração muito díspares, a CERs ainda são alvo de críticas e processos intermediários mais amplos passaram a ser cogitados, como a ampliação da Comunidade dos Estados do Saara-Sahel, CEN-SAD, com uma reconvenção, em 2013, do acordo inicial, e a assinatura, em 2015, do Acordo Tripartite entre os membros do COMESA, SADC e EAC. Em 2018, mais um passo em direção à integração continental, com a assinatura do acordo de criação da Zona de Livre Comércio Continental da África, assinado por 53 dos 54 países africanos, e ratificado por 47 membros da UA, incluindo a República Saaraui. As dificuldades para sua implementação são muitas e as CERs continuam sendo importantes plataformas para a integração continental avançar, ainda que de maneira escalonada. É necessária, assim, uma clara compreensão de sua composição e papel nesse processo.

REFERÊNCIAS

- Adi, H. e Soares Neto, M. 2022. *Pan-africanismo: uma história*. Salvador: EdUFBA.
- Ajayi, J. F. A. 2010. “África no início do século XIX: problemas e perspectivas”. Em *História Geral da África*, vol. VI: *África do século XIX à década de 1880*, editado por I. Ajayi. Brasília: UNESCO.
- Amorim, C. L. 2017. “Entrevista - Intérpretes do Desenvolvimento”. *Cadernos do Desenvolvimento*. v. 12, n. 20, 214-242. Rio de Janeiro: Centro Internacional Celso Furtado.
- Assis, C. C., Ribeiro, R. A. e Garcia, A. S. 2022. “Integração Regional Africana: Panorama, Avanços e Desafios”. *Boletim de Economia e Política Internacional* 1 (32), 135-183. <http://dx.doi.org/10.38116/bepi32art5>
- Clube de Paris. 2024. *Histórico de Negociações de Dívidas*. <https://clubdeparis.org/en/communications/archives>.
- Duzor, M. e Williamson, B. 2023. “Coups in Africa by the Numbers”. *VOA Special Reports*, Outubro 3, 2023. <https://projects.voanews.com/african-coups/>
- Evaldsson, A-K. e Wessels, A. 2004. “The African Renaissance: a brief historical orientation.” *Journal for Contemporary History*, vol. 29, n. 1, 82-99. Bloemfontein: University of Free State.

- Fundo Monetário Internacional (FMI). 2024. *Série histórica de Estatísticas de Comércio Internacional 1960-2022*. <https://data.imf.org/regular.aspx?key=61013712>
- Fundo Monetário Internacional (FMI). 2024. *Série Histórica do Índice de Preços das Commodities 2004-2024*. <https://www.indexmundi.com/commodities/?commodity=commodity-price-index&months=240>.
- Furtado, C. 1982. *A nova dependência: dívida externa e monetarismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Gonçalves, J. (Org.) 2014. *África no mundo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Garamond.
- Kose, M. A., Otrok, C. e Whiteman, C. H. 2003. "International Business Cycles: World, Region, and Country-Specific Factors" *American Economic Review* 93 (4), 1216-1239. Pittsburgh: AER. <https://www.aeaweb.org/articles/pdf/doi/10.1257/000282803769206278>.
- Luke, D. (Ed.) 2023. *How Africa Trades*. Londres: LSE Press.
- McCarthy, C. 1986. "Africa food crisis in the 80s". *Trocaire Development Review*, 58-67. <https://www.trocaire.org/sites/default/files/resources/policy/1986-africa-famine-80s.pdf>
- Mhango, N. N. 2018. *How Africa Developed Europe: Deconstructing the His-story of Africa, Excavating Untold Truth and What Ought to Be Done and Known*. Bamenda: Langaa RPCIG.
- Organização da Unidade Africana. 1991. *Tratado de Criação da Comunidade Econômica Africana*. Abuja: OUA.
- Rodney, W. 1982. *How Europe underdeveloped Africa*. Dar es Salaam: Howard University Press Pub.
- Souaré, I. K. 2014 "The African Union as a norm entrepreneur on military coups d'état in Africa (1952–2012): an empirical assessment". *The Journal of Modern African Studies* 52 (1). Cambridge: Cambridge University Press. <http://www.cambridge.org/core/journals/journal-of-modern-african-studies/article/abs/african-union-as-a-norm-entrepreneur-on-military-coups-detat-in-africa-19522012-an-empirical-assessment/34F81D3A221ABD0C1D4591412454C03C>
- Táiwò, O. 2014. *Africa Must Be Modern: A Manifesto*. Bloomington: Indiana University Press.
- Thyne, C.; Powell, J.; Parrott, S. e Vanmeter, E. 2018. "Even Generals Need Friends". *The Journal of Conflict Resolution* 62 (7), 1406-1432. <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0022002716685611>
- União Africana. 2018. *Acordo de Estabelecimento da Zona de Livre Comércio Continental Africana*. https://au.int/sites/default/files/treaties/36437-treaty-cfta-consolidated_text_-_portuguese.pdf.

United Nations Conference On Trade And Development (UNCTAD). 2023. *World Investment Report 2023 - Regional Trends Africa Highlights*. Geneva: United Nations.

United Nations Population Division. 2024. *Série histórica de estatísticas populacionais 1950-2023*. <https://population.un.org/wpp/>

World Health Organization. 2023. *Integrated African Health Observatory. Analytical fact Sheet*. Julho. 2023. file:///D:/CAE/Livros/Panafricanismo/iAHO_Mortality_Regional-Factsheet.pdf.

RESUMO

A integração econômica africana está, em tese, em seu último estágio, após a entrada em vigor, em 2019, do acordo da Zona de Livre Comércio Continental da África. O pressuposto inicial deste artigo, entretanto, é a de que a realidade é mais complexa, com a existência de importantes desafios para a implementação do documento, como os diferentes estágios de desenvolvimento das diversas burocracias estatais e as definições sobre o escopo da integração. As Comunidades Econômicas Regionais, CERs, são, assim, importantes mecanismos para a integração africana avançar, ainda que de maneira escalonada, enquanto a integração continental plena não se consolida. O objetivo do presente artigo é sintetizar a compreensão dessas entidades regionais, bem como apresentar breve histórico de seu desenvolvimento, em diálogo com as diversas crises globais e regionais e suas consequências para a integração africana. A União Africana reconhece oito desses agrupamentos no processo de integração econômica, mas sua compreensão é complexa, porque existem outros mecanismos e iniciativas regionais válidas, além de outras subdivisões políticas, como a utilizada pela própria União Africana na rotação geográfica de seus cargos, ou pela ONU, para a divulgação de estatísticas regionais. O histórico das CERs remonta a 1967, quando foi criada a Comunidade Econômica da África Oriental, dissolvida, entretanto, em 1977. Foi em 1975, quando foi criada a Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental, que o conceito tomou a forma atual. Em 1980, o Plano de Ação de Lagos tentou reproduzir o conceito nas outras regiões africanas, mas houve pouca adesão e apenas em 1991, com o Tratado de Abuja, que estabelece a Comunidade Econômica Africana, as CERs passam a fundamentar a integração africana. Entre 1991 e 2000, todos os países passam a integrar um desses grupos, a grande maioria mais de um, já que não há limite para a membresia.

PALAVRAS-CHAVE

Comunidades Econômicas Regionais. Integração Africana. Comércio Intrarregional.

Recebido em 29 de julho de 2024

Aceito em 29 de julho de 2024³

3 Como citar: Neves, Rômulo Milhomem Freitas Figueira, e Paulo Gilberto Fagundes Visentini. 2024. "Crise e integração: as Comunidades Econômicas Regionais e a integração africana". *Revista Brasileira de Estudos Africanos* 9 (17), 11-32. <https://doi.org/10.22456/2448-3923.141508>.